



**Ata da Assembleia Geral Extraordinária sobre as negociações com a Vale sobre o projeto de expansão da Mina do Tamanduá
Pasárgada, 14 de julho de 2012**

(A apresentação em Power point será peça integrante desta ata)

O presidente da Aspas e o diretor de Meio Ambiente apresentaram à assembléia a memória do processo de negociação com a Vale, com o histórico e as etapas percorridas a partir de 2005, quando começa a prospecção da mineração no local, até a presente data.

O processo inclui a criação do Forum do Tamanduá pela Vale e do Grupo de Trabalho (GT) pelas comunidades , , para discutir os impactos da expansão, o processo de mobilização, de resistência e de eventual negociação com a empresa e as autoridades públicas, a saber, Supram (Superintendência de Regularização Ambiental), Ministério Público, Copasa e Assembleia Legislativa.

Na apresentação foi informado e feito o convite à participação nas audiências públicas a serem realizadas em 20 de agosto (Nova Lima), Rio Acima (22 de agosto) e Itabirito (29 de agosto) e ainda, feita a memória da audiência pública realizada na ALMG em 12 de junho passado. Foi informado também sobre as mudanças processadas pela empresa em relação ao projeto original e as implicações na Estação Ecológica de Fechos, na estrada do Pasargada entre outras.

O novo traçado do acesso ao Pasárgada proposto pela estrada não implica em aumento da distância, como aconteceria na proposta original. Também, a empresa recuou em relação à pilha de estéril que no projeto original seria depositada em toda a zona de amortecimento da E.E de Fechos e a montante do Pasárgada e que passa, na nova proposta apresentada, a ser depositada na região da atual Mina Tamanduá..

Mas a nova proposta apresentada pela empresa, mantém, próximo à Estação Ecológica, a cava isolada cuja existência só foi "revelada" pela Vale durante o andamento do processo de licenciamento e de negociação. Os riscos, não admitidos pela empresa, são interferência na dinâmica hídrica dos mananciais da região, responsáveis pelo abastecimento de cerca de 150 mil moradores de Belo Horizonte, além do aumento dos impactos que o Pasárgada já recebe com as atividades da empresa (particulados em suspensão, barulho, alteração da paisagem).

Foram apresentadas as demandas comuns das comunidades impactadas com a expansão do Complexo Vargem Grande buscando a mitigação e a compensação dos impactos. À seguir as demandas das comunidades:

- A exclusão da cava isolada é considerada exigência inegociável pelo GT;
- Financiamento pela Vale de uma equipe técnica isenta para realizar a avaliação do EIA/RIMA e uma Avaliação Ambiental Integrada, incluindo os impactos sinérgicos cumulativos;
- Construção de sistema de proteção acústica entre a mineração e as comunidades;
- Reurbanização das ADEs (Áreas de Diretrizes Especiais) do Vale do Sol e Jardim Canadá;
- Construção de vias para que os veículos da Vale não trafeguem em ruas internas, lindeiras ou adjacentes às comunidades;
- Passagem para animais, ciclovias, pistas de caminhadas, faixas arbóreas;
- Reabertura da estrada pública Campo do Costa, que liga Macacos ao Vale do Sol;
- Manutenção permanente do complexo viário;
- Manutenção permanente de grupo interdisciplinar com participação das comunidades para avaliação de impactos;
- Financiamento de programas e ações que mitiguem impactos;
- Implantação de corredores ecológicos para trânsito da fauna;
- Programa de melhoria das condições da Estação Ecológica de Fechos e georeferenciamento da Estação;



PASÁRGADA

ASPAS

Associação dos Proprietários de Pasárgada

- Implementação do Projeto Estrada-Parque entre Mutuca e trevo para São João Del Rei;
- Recomposição das áreas mineradas, vedando-se atividades industrial, comercial e imobiliária;
- Criação do Parque Ecológico com a extinção da Mina do Tamanduá;
- Direito de cada comunidade apresentar pleitos individuais.

Em seguida, passou-se a discutir sobre pleitos específicos de Pasárgada como compensação pelo dano eventualmente causado, que serão definidos a partir das prioridades identificadas na pesquisa de opinião realizada com os moradores e proprietários e discussões e detalhamentos elaborados pela comissão do Plano de Metas que evoluirá para Comissão de Orçamento para acompanhar a execução dos projetos.

A Aspás propõe que a comunidade dê o aval para que a diretoria negocie com a Vale tanto as demandas coletivas quanto as específicas do Pasárgada. No processo de negociação as propostas detalhadas voltariam à apreciação em Assembléia.

Pedido de esclarecimento do associado Humberto:

- a abertura da possibilidade de negociação esvazia a ideia da resistência?
- E solicitação da garantia, na Assembléia, que a Aspás estará junto com a representação de outras comunidades;
- Explicitar as condicionantes que a empresa eventualmente não cumpriu em outros projetos.

Em resposta, o presidente da ASPAS informou que são vários os aspectos que envolvem a conjuntura. O GT já é um ganho grande pela união das comunidades afetadas, pela capacidade de organização e mobilização. É um caminho que nunca foi trilhado antes, porque a Vale "enfrentava" o desgaste das audiências públicas, conseguia o licenciamento e seguia em frente com seus projetos. Mas a conjuntura mudou, até pela pressão internacional. A criação do Forum do Tamanduá é sinal disso, com a abertura da empresa para discutir previamente com as comunidades. A mineração em si, é inevitável, pelas implicações econômicas e simplesmente ser contra seria ingênuo. É preciso ter visão crítica, sem perder de vista o limite. O presidente alertou que tem o prazo da licença prévia correndo e que pode chegar o momento em que a Supram dá o veredicto e fica por isso mesmo.

O MP orienta para as comunidades forcem a negociação com o objetivo de chegar ao que é melhor para essas comunidades. Uma posição realista é chegar ao final do processo com as posições colocadas com clareza no processo de negociação com a empresa. Se fosse possível escolher, as comunidades não queriam mineração nenhuma. Mas é um dado da realidade. Simplesmente bater o pé implica risco significativo de ter a mineração do jeito que eles querem.

O associado Humberto concorda que é um processo de negociação e de defesa e defende que essa sequência deve estar no documento a ser apresentado à empresa no processo de negociação.

Associada Adriana: Pelas notícias, não tem entendimento suficiente do impacto da alça viária cujo edital para a elaboração do projeto foi lançado recentemente e como isso se associa aos empreendimentos próximos. Alerta que é necessário atentar para essa alça Sul do Rodoanel.

Associado Marcelo: Alerta para a urgência de definição das propostas pela exigüidade de tempo em relação ao processo de licenciamento na Supram.

Foi informado que o licenciamento não pode ocorrer antes das audiências públicas.

Associado Ricardo Moebus: As propriedades da Vale "cercam" a região e as comunidades. E a expansão atual pode ser apenas uma primeira. Depois podem vir outras expansões. Estrategicamente não é ser contra a mineração, mas a insistência em mudar o traçado da estrada dá a entender que a estrada seria um impedimento a outras expansões. Estrategicamente, não deveríamos deixar alterar o traçado atual, para manter a "fronteira" contra futuras expansões. Outra sugestão feita pelo associado foi: para impedir



que uma nova área seja futuramente destinada à mineração, propor a expansão da Estação Ecológica de Fechos até a divisa com a estrada do Pasárgada, inclusive por projeto de lei estadual. O diretor de Meio Ambiente observou que o contexto atual de proximidade entre os órgãos estaduais e os empreendimentos industriais, é um dificultador para a criação de Unidades de Conservação estaduais, tanto que as comunidades envolvidas com a proteção da Serra do Gandarela optaram por um Parque Nacional que está sob a jurisdição federal. Associado Marcílio: Propõe que outro item de pauta considere o barulho que a Mineração Mar Azul provoca hoje e determine horário para o funcionamento da mineração, para evitar o barulho.

O diretor de Meio Ambiente propõe que mais associados participem das reuniões quinzenais com a Vale. Ricardo Moebus lembra que a antecessora da Vale tinha firmado acordo de não minerar à noite.

Associada Isabel Stewart: Diz que é muito difícil conseguir resultado sem mobilização das comunidades. Lembra a campanha "Fechos eu cuido" e que a Estação Ecológica está sofrendo ameaças por todos os lados. Alerta que mobilização deve utilizar todas as alternativas possíveis na defesa da Estação Ecológica. Diz que ouviu de representante da Vale que tem esgoto em Fechos, o que esvazia a resistência.

Associado Pedro Vitor: Solicita que reuniões sejam divulgadas no Vale (não seria no site?), para facilitar a participação. O caminho é a mobilização e tem de haver praticidade. Não interessa estrada que aumente percurso; se for correção do que já existe, analisa-se. Existem associados que dominam a área jurídica e podem pressionar o Ministério Público para agir. Fazer vigilância constante sobre os fiscais. Acionar a justiça por eventuais descumprimento de acordos anteriores, como na questão do barulho da Mina Mar Azul.

Associada Mônica: Pede atenção na hora de contratação de advogados, porque no meio da ação a Vale contrata o profissional. Pede sugestão de nomes. Alerta que as Aspás é forte porque está unida e, se precisar de dinheiro, vamos voltar à Assembleia e arrecadar os recursos. Tem de fazer tudo pela Aspás, que deve ser fortalecida.

O presidente explicou que ter uma assessoria jurídica implica em custos. A Aspás não tem esses recursos. Considerou oportuno que uma nova Assembleia vote adicional na mensalidade, para financiar esses custos extraordinários. Acha oportuno que assembleia delibere que o estudo do custo seja realizado.

Encaminhamento da votação:

1. Aprovação da proposta da Aspás de continuar o processo de negociação que implica na apresentação das demandas comuns do GT Fechos e nas demandas específicas do Pasárgada (com apreciação em assembleia) para as ações de mitigação e de compensação. – *Aprovada por unanimidade*

ASPAS

Associação dos Proprietários de Pasárgada



PASÁRGADA

2. Proposta do Ricardo Moebus de considerar, no processo de negociação, o traçado atual da estrada que dá acesso ao Pasárgada como o limite físico para a expansão da Mina Tamanduá- *proposta rejeitada por 17 votos contra e 12 votos a favor (Observação: se mantemos isso, a Vale terá acesso ao texto e ao meu ver isso nos fragiliza no processo de negociação; se retiramos estamos omitindo um processo de votação. Mesmo sabendo do risco, acho que vamos ter que manter. O que acham?)*

3. Propor a um parlamentar que apresente um projeto de lei para a expansão de uma Unidade de Conservação até o limite da estrada que dá acesso ao Pasárgada.- *aprovada por unanimidade*

4. Autorização à Aspas para elaborar estudos para contratação de escritório de advocacia para acompanhar todo o processo – *aprovada com um voto contra* .

NOVA LIMA, 14 DE JULHO DE 2012

Francisco Leopoldo Carvalho de Mendonça
 FRANCISCO LEOPOLDO CARVALHO DE MENDONÇA
 DIRETOR PRESIDENTE

Manoel Ambrosio de Oliveira
 MANOEL AMBRÓSIO DE OLIVEIRA
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

Galdino Santiago de Oliveira
 GALDINO SANTIAGO DE OLIVEIRA
 DIRETOR FINANCEIRO E CONTABILIDADE

DOCTOS. E PESS. Nova Lima MG

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO AWA 06376

ARQUIVAMENTO AWA 06375

ARQUIVAMENTO AWA 06374

ARQUIVAMENTO AWA 06373

ARQUIVAMENTO AWA 06372

ARQUIVAMENTO AWA 06371

ARQUIVAMENTO AWA 06370

ARQUIVAMENTO AWA 06369

ARQUIVAMENTO AWA 06368

ARQUIVAMENTO AWA 06367

ARQUIVAMENTO AWA 06366

ARQUIVAMENTO AWA 06365

ARQUIVAMENTO AWA 06364

ARQUIVAMENTO AWA 06363

ARQUIVAMENTO AWA 06362

ARQUIVAMENTO AWA 06361

ARQUIVAMENTO AWA 06360

ARQUIVAMENTO AWA 06359

ARQUIVAMENTO AWA 06358

ARQUIVAMENTO AWA 06357

ARQUIVAMENTO AWA 06356

ARQUIVAMENTO AWA 06355

ARQUIVAMENTO AWA 06354

ARQUIVAMENTO AWA 06353

DOCTOS. E PESS. Nova Lima MG

Selo de Fiscalização

CIM 22049

REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
 Oficial Gustavo Machado de Faria

Registrado, nesta data: AV.15 ao Registro 16049
 Livro A93, fls. 243v/245
 Nova Lima, 25/09/2012

O Oficial

Shopping Ponto Verde, Loja 29 - Rodovia MG-30, 2255 - Nova Lima - MG CEP 34.000-000 Tel (31) 3681-8361

Rec. PJ	R\$ 105,64
Rec. II	R\$ 6,27
TFJ	R\$ 36,13
Total	R\$ 147,04